



Número: **0600753-54.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **11/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600059-56.2020.6.16.0042**

Assuntos: **Impugnação ao Registro de Candidatura, Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Eleições - Eleição Majoritária, Mandado de Segurança**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança com pedido liminar nº 0600753-54.2020.6.16.0000 impetrado por Deputado Federal Boca Aberta - Emerson Miguel Petriv em face do Juízo da 041ª Zona Eleitoral de Londrina; Registro de Candidatura RRC Nº 0600228-462020.6.16.0041, que julgou procedentes os pedidos feitos nas Ações de Impugnação ao Registro de Candidatura e, consequentemente, indeferiu o registro de candidatura de Emerson Miguel Petriv para concorrer ao cargo de Prefeito nas Eleições Municipais de 2020 em Londrina/PR.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMERSON MIGUEL PETRIV (IMPETRANTE)		GUILHERME BISSI CASTANHO (ADVOGADO)	
JUÍZO DA 42ª ZONA ELEITORAL DE LONDRINA PR (IMPETRADO)			
JUÍZO DA 041ª ZONA ELEITORAL DE LONDRINA PR (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18900966	12/11/2020 14:07	Decisão	Decisão

**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

Autos de MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) nº 0600753-54.2020.6.16.0000

IMPETRANTE: EMERSON MIGUEL PETRIV

Advogado do(a) IMPETRANTE: GUILHERME BISSI CASTANHO - PR0099426

IMPETRADO: JUÍZO DA 42ª ZONA ELEITORAL DE LONDRINA PR, JUÍZO DA 041ª ZONA ELEITORAL DE LONDRINA PR

RELATOR: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Emerson Miguel Petriv face à decisão pela qual o Juízo da 41ª Zona Eleitoral de Londrina indeferiu seu registro de candidatura, requerido no bojo dos autos nº 0600228-46.2020.6.16.0041.

Embora não haja qualquer referência específica à decisão apontada como coatora, limitando-se o impetrante a tecer considerações genéricas, foram colacionadas cópias dos referidos autos, agregadas no id. 18839166.

Argumenta o impetrante que seu registro de candidatura foi indeferido *"sob o fundamento de estar configuradas duas causas de inelegibilidade"*.

Afirma que *"está elegível, principalmente por considerar a ausência de dispositivos previstos na LC 64/90, artigo 1º, inciso I, inciso b, tendo em vista que a previsão da Lei Complementar que regulamenta o art. 14, § 9º da Constituição não prevê que uma legislação municipal poderia ampliar condutas tipificadas como quebra de decoro parlamentar"*, aduzindo que *"todas as ações em que o Impetrante discute a legalidade do decreto de cassação não transitaram em julgado"*.

Portanto, pugna pela concessão de liminar *"determinando-se a suspensão do ato abusivo exarado pela Autoridade Coatora, para conceder a suspensão da inelegibilidade do Impetrante"*.

Em síntese, é o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO



O mandado de segurança presta-se à tutela de direito individual, coletivo ou difuso, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, ameaçado ou lesado por ato ilegal ou abusivo de autoridade. Apenas estes são os requisitos constitucionais para obter-se a ordem de segurança (artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal).

Nessa linha, o *mandamus* deverá ter por objeto a correção de ato ou omissão decorrente de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente equiparado.

A Lei nº 12.016/2009, que traz a disciplina infraconstitucional do *writ*, estabelece algumas restrições para o seu manejo:

Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:
I – de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de **c a u ç ã o** ;
II – de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;
III – de decisão judicial transitada em julgado.

No caso de decisões judiciais, o C. TSE já consignou o cabimento do mandado de segurança apenas se preenchidos, concomitantemente, os seguintes requisitos: **a)** ausência de recurso com efeito suspensivo que resguarde o direito líquido e certo; **b)** inexistência de trânsito em julgado; **c)** teratologia da decisão imputada como coatora (*Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 8612, Acórdão de 11/06/2015, Relator(a) Min. LUIZ FUX, DJE 24/09/2015*).

Atualmente, a questão encontra-se plasmada na Súmula nº 22 daquela Corte, estabelecendo que *"Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial recorrível, salvo situações de teratologia ou manifestamente ilegais"*, que se encontra em consonância com a Súmula nº 267 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual *"Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção."*

Na espécie, o ato apontado como coator vem a ser decisão do juízo impetrado que, em sede de registro de candidatura, o indeferiu.

Essa decisão não apenas é recorrível, mas efetivamente o impetrante dela já recorreu, como se extrai das cópias dos autos 0600228-46, em petição firmada pelo mesmo advogado que subscreve este *mandamus*.





AO DOUTO JUÍZO DA 4ª ZONA ELEITORAL DE LONDRINA – ESTADO DO PARANÁ

RCand. N.º 0600228-46.2020.6.16.0041

DEPUTADO FEDERAL BOCA ABERTA – EMERSON MIGUEL PETRIV,
candidato a Prefeito pelo PROS - Londrina, devidamente qualificado, vem,
respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seu Advogado, in
fine, inconformados com o teor da r. Sentença de ID 18380283, interpor o presente:

RECURSO ELEITORAL

Pelos fatos e pelas razões de direito a seguir expostas. Requerendo ainda
que seja admitido o presente recurso, haja vista sua tempestividade e a previsão de
seu cabimento, observando ainda o nobre juízo a quo a ampla defesa conferindo o
prazo de 03 (três) dias para apresentação de contrarrazões conforme previsto no
Artigo 59 da Resolução n.º 23.609/19.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Londrina (PR), 05 de novembro de 2020

GUILHERME BISSI CASTANHO
OAB/PR 99.426

Referidos autos, após regular tramitação em primeiro grau, foram remetidos a este Tribunal Regional Eleitoral, sendo recebidos nesta data.

De tudo quanto exposto, revela-se que o ato tido por coator já foi impugnado pela via própria, sendo absolutamente descabida a presente impetração.

Não bastasse essa constatação, de se notar que o impetrante sequer se dá ao trabalho de indicar em que residiria a suposta ilegalidade manifesta e, muito menos, a teratologia da decisão, a qual, como já dito, sequer é individualizada adequadamente.

O uso indiscriminado do *mandamus* para obter de plano medida liminar é, não resta dúvida, contrária à própria lógica que informa o rito específico dos requerimentos de



registro de candidatura, sendo inadequado invocar a apreciação desta Corte quanto a matéria que será reapreciada no recurso eleitoral já interposto.

Admitir o manejo de remédio processual tão sensível em evidente desvio de finalidade traduz inegável disfuncionalidade ao sistema recursal desta Justiça Especializada que, pela ordem, caminha de forma célere e eficaz na apreciação dos pedidos. O manejo incontrolado de estratégias procedimentais causa prejuízos à ordem processual regular.

Da litigância de má-fé - análise de ofício

O que se observa dos presentes é que a parte, assistida pelo mesmo causídico que firmou a peça recursal nos autos de registro de candidatura nº 0600228-46.2020.6.16.0041, ajuizou demanda manifestamente infundada, desnecessária e descabida, buscando o deferimento liminar de questão que já tramita em grau recursal em decorrência de recurso específico interposto a tempo e modo pelo próprio impetrante.

Ao assim proceder, o impetrante desbordou da boa-fé processual e incidiu, de pleno direito, nas seguintes hipóteses previstas no Código de Processo Civil:

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:
(. . .)

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI - provocar incidente manifestamente infundado;
(. . .)

Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
(. . .)

§ 2º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

Considerando as circunstâncias do caso concreto, já descritas, reputa-se suficiente a fixação de multa em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

DISPOSITIVO

Por todo o exposto, **INDEFIRO a petição inicial do mandado de segurança**, na forma do artigo 10 da Lei nº 12.016/2009, e aplico ao impetrante multa por litigância de má-fé, a qual fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Publique-se. Intime-se, observando-se os consectários do artigo 64 da resolução TSE nº 23.608/2019 quanto às comunicações processuais e à contagem de prazos.

Com o trânsito em julgado, notifique-se o impetrante para recolhimento da multa, com prazo de cinco dias, e o impetrado, na forma do § 3º do artigo 331 do CPC.

Curitiba, 12 de novembro de 2020.



THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

